

## DELIBERAÇÃO/2019/207

### I – Relatório

A Comissão Nacional de Protecção de Dados (doravante CNPD) elaborou em 18 de dezembro de 2018, o projeto de deliberação, no qual foi imputada à arguida

, a prática de uma infração prevista e punida nos termos das disposições conjugadas dos ns.º 1 e 2 do artigo 13.º, com a alínea b) do n.º 5 do artigo 83.º do Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados (Regulamento 679/2016, de 27 de abril (doravante RGPD), punível, com coima até ao máximo de € 20.000.000,00 ou até 4% do volume de negócios anual, consoante o montante que for mais elevado.

Notificada a arguida do teor do referido projeto nos termos do disposto no artigo 50.º do Regime Geral das Contraordenações e Coimas para apresentar a sua defesa veio alegar (cfr. fls. 65 a 80), em suma, que:

1. No “*dia 18 de junho de 2018, dois agentes da PSP fizeram uma “ação informativa” em relação à regulamentação* *Não estando presente o responsável, a funcionária respondeu o que sabia pois encontrava-se (h)á poucos dias na loja, tendo realizado uma chamada telefónica para o responsável, de modo a obter algumas respostas. Desta chamada ficou acordado que os agentes iriam passar dia 20 de junho para verificar o sistema de gravação entre outras situações relacionadas com os sistemas de segurança. Após a sua ação, e pelo facto de alguns dias antes terem realizado uma visita à nossa outra loja, onde foi verificado que a sinalética não preenchia todos os requisitos, a empresa adquiriu dois sinais.*”
2. Depois, a arguida alega que o sinal informativo sempre existiu no estabelecimento comercial, à data da infração, embora estivesse não visível, visto que estava um móvel da marca a obstruir a visualização do referido sinal.
3. E mais alegou que se encontra numa situação económica difícil, em que existem diversas dívidas a fornecedores, as quais estão a ser objeto de renegociação, de modo a permitir o funcionamento da arguida e o cumprimento das suas obrigações fiscais.
4. Por fim, a arguida requer a sua absolvição, com o arquivamento do procedimento contraordenacional.

r

A arguida juntou quatro provas documentais e não arrolou qualquer testemunha.

## II – Apreciação

A CNPD é competente nos termos da alínea i) do n.º 2 do artigo 58.º do RGPD, conjugado com o n.º 1 do artigo 21 e com o n.º 1 do artigo 22.º, ambos da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, alterada pela Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto (doravante LPDP).

Atenta a Defesa escrita apresentada pela arguida, impõe-se a apreciação dos argumentos de facto e dos respetivos fundamentos de Direito apresentados.

A arguida efetuou um tratamento de dados pessoais, através de videovigilância, com a finalidade de proteção de pessoas e bens, à luz dos ns.º 1 e 2 do artigo 4.º do RGPD.

E tendo-o realizado nas circunstâncias de facto que adiante se elencarão, certo é que procedeu à recolha dos dados pessoais, junto dos titulares, como é evidente.

Como tal, deveria ter cumprido a obrigação de informação junto dos titulares, observando os ditames resultantes dos ns.º 1 e 2 do artigo 13.º do RGPD.

Ao não ter cumprido a obrigação de informação, limitou drasticamente um dos direitos mais relevantes em matéria de proteção de dados pessoais, que é o direito de informação dos titulares e que é instrumental de outros direitos como o de acesso.

Aliás, a arguida não procedeu sequer à impugnação do auto de notícia, nem nega a factualidade constante do mesmo.

Acresce ainda que as provas documentais apresentadas pela arguida não demonstram que, à data e hora constantes do levantamento do auto de notícia, o estabelecimento comercial estivesse dotado do aviso informativo da existência do sistema de videovigilância.

Por fim, a arguida invoca ainda o facto de se encontrar numa alegada situação económica precária; contudo, não juntou qualquer prova que titule tal situação.

Assim, as alegações da defesa não põem em causa o enquadramento dos factos efetuado no projeto de deliberação, nem é invocada qualquer facto integrador de uma causa de exclusão da culpa ou da ilicitude, pelo que entendemos manter a posição já ali assumida.

\*

Com os elementos constantes dos autos, com interesse para a decisão, consideramos provados os seguintes:

### Factos

1. A arguida \_\_\_\_\_ é titular do NIPC \_\_\_\_\_ e tem a sua sede no \_\_\_\_\_
2. A arguida explora um estabelecimento comercial de \_\_\_\_\_ com a designação comercial \_\_\_\_\_, sito na morada: \_\_\_\_\_
3. No dia 18 de junho de 2018, às 21h30, na sequência de uma ação de fiscalização da Polícia de Segurança Pública ao estabelecimento comercial acima referido, foi apurada a existência, em funcionamento, de um sistema de videovigilância.
4. Na referida ação inspetiva foi constatado que não estava afixado em lugar bem visível, nem em qualquer outro, qualquer aviso informativo da existência do funcionamento de um sistema de videovigilância.
5. A arguida, ao não colocar aviso informativo da existência de câmaras permitindo a visualização de imagens, não atuou com os cuidados a que está obrigada e que era capaz, representando como possível que estava a agir contra a Lei.

### III - Motivação da decisão de facto

Os factos dados como provados resultaram:

- Do auto de notícia e da reportagem fotográfica realizadas pela autoridade policial, constantes a fls. 1 a 8 dos autos.

Verifica-se, em face da factualidade apurada, que se mostra suficientemente indiciada a prática pela arguida \_\_\_\_\_, de uma infração prevista e punida nos termos das disposições conjugadas dos

- ns.º 1 e 2 do artigo 13.º – violação do direito de informação, ao realizar um tratamento de dados não assegurando a informação sobre este aos titulares; e artigo 83.º, n.º 5, al. b) – violação de direito dos titulares no quadro do RGPD), punível, com coima até ao montante de € 20.000.000,00 ou até 4% do volume de negócios anual, consoante o montante que for mais elevado.

#### IV – Da determinação da sanção

De acordo com o disposto no artigo 83.º, n.º 1, als. a) a k) do RGPD, ao se decidir sobre a aplicação de uma coima ou outra sanção e sobre a determinação da medida da mesma ter-se-ão em consideração os seguintes critérios:

- A natureza, a gravidade e a duração da infração tendo em conta a natureza, o âmbito ou o objetivo do tratamento de dados em causa, bem como o número de titulares de dados afetados e o nível de danos por eles sofridos – estamos perante uma infração punível com a moldura mais grave prevista pelo RGPD, sendo que os dados são normais, ou não especiais, por não integrarem as categorias de dados especiais vertidas no artigo 9.º do RGPD. A ilicitude é média, atentas as circunstâncias de tempo, modo e lugar em que arguida praticou a infração.
- O caráter intencional ou negligente da infração – considera-se ser com negligência consciente, uma vez que a arguida não atuou com os cuidados a que está obrigada e que era capaz, representando como possível que estava a agir contra a Lei.
- A iniciativa tomada pelo responsável pelo tratamento ou pelo subcontratante para atenuar os danos sofridos pelos titulares – valoriza-se a conduta da arguida que adotou, após a ação de fiscalização, a medida adequada a retificar a infração verificada, afixando os avisos informativos.
- O grau de responsabilidade do responsável pelo tratamento ou do subcontratante tendo em conta as medidas técnicas ou organizativas por eles implementadas nos termos dos artigos 25.º e 32.º - considera-se ser média a responsabilidade da arguida quanto à infração praticada, na medida em que mandou instalar as câmaras e não cuidou de observar os ditames legais em matéria de utilização de um sistema de videovigilância.
- Quaisquer infrações pertinentes anteriormente cometidas pelo responsável pelo tratamento ou pelo subcontratante – que não se verificam, sendo a arguida primária.
- O grau de cooperação com a autoridade de controlo, a fim de sanar a infração e atenuar os seus eventuais efeitos negativos – que se reputa de elevado, dando cumprimento voluntário e espontâneo, ao ter afixado os avisos informativos, sem que a CNPD tivesse exercido qualquer poder corretivo nesse sentido.

- As categorias específicas de dados pessoais afetadas pela infração – categorias de dados pessoais não especiais, de acordo com o disposto no artigo 9.º, n.º 1 do RGPD, lido *à contrario sensu*.
  - A forma como a autoridade de controlo tomou conhecimento da infração, em especial se o responsável pelo tratamento ou o subcontratante a notificaram, e em caso afirmativo, em que medida o fizeram – a infração foi conhecida através da remessa, do auto de notícia levantado na sequência da ação inspetiva oficiosamente realizada pela Polícia de Segurança Pública, pelo que a arguida não notificou a CNPD da ocorrência de tal facto.
  - O cumprimento das medidas a que se refere o artigo 58.º, n.º 2, caso as mesmas tenham sido previamente impostas ao responsável pelo tratamento ou ao subcontratante em causa relativamente à mesma matéria – não se aplicando este critério, já que inexistiam quaisquer medidas corretivas previamente determinadas.
  - O cumprimento de códigos de conduta aprovados nos termos do artigo 40.º ou de procedimento de certificação aprovados nos termos do artigo 42.º - critério que também não se aplica, por inexistir qualquer código de conduta ou procedimento de certificação, nos termos apontados;
- e
- Qualquer outro fator agravante ou atenuante aplicável às circunstâncias do caso, à luz da alínea k) do n.º 2 do artigo 83.º do RGPD, como os benefícios financeiros obtidos ou as perdas evitadas, direta ou indiretamente, por intermédio da infração - releva-se aqui, a título de fator
    - atenuante, a ausência de qualquer benefício económico com a prática da infração em causa.
  - Moldura concreta da coima

Tal como se deixou expresso no projeto de deliberação, a moldura da coima abstratamente aplicável à arguida pela infração prevista e punível nos termos das disposições conjugadas dos ns.º 1 e 2 do artigo 13.º e da alíneas b) do n.º 5 do artigo 83.º, punível, com coima até ao montante de € 20.000.000,00 ou até 4% do volume de negócios anual, consoante o montante que for mais elevado.

Ainda que se não tenha apurado a situação económica a arguida e valorando a factualidade apurada à luz dos critérios acima enunciados, a CNPD,

- nos termos do artigo 58.º, n.º 2, al. i) do RGPD, considera ajustada, a aplicação à arguida de uma coima no valor de € 2.000,00 (dois mil euros) por violação dos ns.º 1 e 2 do artigo 13.º do citado Regulamento.

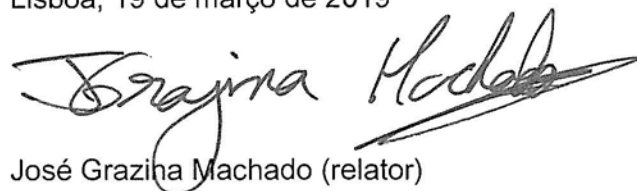
#### V - Conclusão

Face ao exposto, a CNPD delibera:

1. Aplicar à arguida \_\_\_\_\_, uma coima no valor de € 2.000,00 (dois mil euros).
2. Nos termos preceituados nos ns.º 2 e 3 do artigo 58.º do Regime Geral das Contraordenações e Coimas, informar a arguida que:
  - a) A condenação se torna definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada nos termos do artigo 59.º;
  - b) Em caso de impugnação judicial, o Tribunal pode decidir mediante audiência ou, caso a arguida e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho.
  - c) Deverá a arguida proceder ao pagamento da coima no prazo máximo de 10 dias após o seu carácter definitivo, enviando à CNPD a respetiva guia de pagamento. No caso de impossibilidade do respetivo pagamento tempestivo deve a arguida comunicar tal facto, por escrito, à CNPD.

\*

Lisboa, 19 de março de 2019



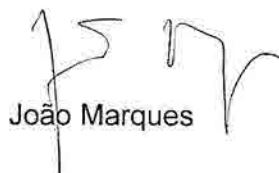
José Grazina Machado (relator)



Luís Barroso



Maria Cândida Guedes de Oliveira



João Marques



Maria Teresa Naia



Filipa Calvão (Presidente)